



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

EDITAL DO ART. 99, § 1º DA LEI 11.101/2005

Processo Digital nº: **1002101-86.2020.8.26.0100**
 Classe: Assunto: **Falência de Empresários, Sociedades Empresárias, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Inadimplemento**
 Requerente: **Bomfim Patrimonial - Negócios e Participações Ltda.**
 Requerido: **Caviglia Serviços de montagem de Móveis para arquivamento Ltda. - Eireli e outros**

EDITAL DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA (art. 99, § 1º da Lei 11.101/05), CONVOCAÇÃO DE CREDORES, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA APRESENTAÇÃO DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS PERANTE A ADMINISTRADORA JUDICIAL E INTIMAÇÃO PARA OS TERMOS DO ART. 104 DA LEI 11.101/2005 - EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCEDIMENTO DE FALÊNCIA DE “CAVIGLIA INDUSTRIA DE MÓVEIS-EIRELI”, “CAVIGLIA INDUSTRIA E MOVEIS PARA ESCRITÓRIO-EIRELI EPP” E “CAVIGLIA INDUSTRIA DE MÓVEIS E COMPLEMENTOS PARA ARQUIVAMENTO-EIRELI”, PROCESSO Nº 1002101-86.2020.8.26.0100

O EXMO. DR. JOÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO PAULO, na forma da lei etc.

FAZ SABER, por decisão proferida em 10/06/2022 foi decretada a Falência da empresa “CAVIGLIA INDUSTRIA DE MÓVEIS-EIRELI“, “CAVIGLIA INDUSTRIA DE MOVEIS PARA ESCRITÓRIO-EIRELI EPP” E “CAVIGLIA INDUSTRIA DE MÓVEIS E COMPLEMENTOS PARA ARQUIVAMENTO-EIRELI”, respectivamente CNPJ nº 61.633.095/0001-75; 08.254.821/0001-66 e 03.043.175/0001-74, por meio da seguinte decisão reproduzida íntegra: “Vistos. BOMFIM PATRIMONIAL – NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, devidamente qualificada nos autos, requereu a falência da empresa CAVIGLIA INDÚSTRIA DE MÓVEIS - EIRELI, CNPJ n. 61.633.095/0001-75, nos termos do artigo 94, inc.II, da Lei nº. 11.101/2005, em razão de execução frustrada que tramitou nos autos nº 1050904-42.2016.8.26.0100, perante a 29ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP. Emenda à inicial às fls.484/492, na qual requereu o reconhecimento de grupo econômico da requerida com as empresas CAVIGLIA – INDÚSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI – EPP, CNPJ 08.254.821/0001-66 e CAVIGLIA – INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMPLEMENTOS PARA ARQUIVAMENTO – EIRELI, CNPJ 03. 043.175/0001-74. Deferido o aditamento da inicial às fls. 572. Citada a ré por edital, foi nomeado defensor dativo, que apresentou contestação por negativa geral às fls. 643/646. Ressalta, ainda, que um processo executivo não há de ser instaurado na hipótese de ser, possivelmente, apenas uma fonte de despesas, ante a probabilidade de não se localizar bens. Réplica às fls. 649/659. **É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO.** O processo comporta julgamento nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Ressalte-se que, apenas para afastar a tese trazida pelo defensor, cuida a falência de um processo que visa a satisfação de uma coletividade de credores, e não tão


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

somente daquele que intentou a ação. Ainda que seja um processo por vezes custoso, é meio idôneo à satisfação de dívida, que oportuniza ao devedor, em um primeiro momento – com o depósito elisivo – adimplir seu débito sem prosseguimento da demanda, para posterior providências de maiores proporções. No mais, verifico como presentes os requisitos exigidos pela lei para o deferimento da pretensão, uma vez que, malgrado não haja específica certidão de objeto e pé, houve demonstração da tríplice omissão na execução supra mencionada. Posto isso, **DECLARO hoje**, a falência de CAVIGLIA INDÚSTRIA DE MÓVEIS - EIRELI, CNPJ n. 61.633.095/0001-75, com endereço na Rua Zike Tuma, 1.100, Jardim Ubirajara, São Paulo/SP - CEP 04458-000; CAVIGLIA – INDÚSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI – EPP, CNPJ 08.254.821/0001-66, com endereço na Rua Particular, s/n, Jardim Sonia, São Paulo/SP – 04458-185 e CAVIGLIA – INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMPLEMENTOS PARA ARQUIVAMENTO EIRELI, CNPJ 03.043.175/0001-74, com endereço na Rua Zike Tuma, 1.000, Jardim Ubirajara, São Paulo/SP - CEP 04458-000. Portanto: Nomeio como administrador judicial (art. 99, IX) WFSP ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA. - CNPJ n. 23.566.957/0001-03, representada por Fábio Souza Pinto - OAB/SP 166.986, Rua José Maria Barbosa, n. 31 - Cond. Torre Sul - Conj. 153/154, Parque Campolim - Sorocaba/SP - CEP 18046-695, (15)98124-2772/ (15) 3232-7152 - e-mail: contato@wfsp.com.br, para fins do art. 22, III, e deve ser intimado somente **após** o depósito da caução abaixo, para que assine o termo de compromisso, pena de substituição (arts. 33 e 34). Nos termos da Ap. 421.578.4/1-00 e dos Agravos de Instrumentos ns. 560.692-4/6-00 e 582.469-4/0-00, acima indicados, fixo o valor de R\$ 7.000,00, a título de caução a ser recolhida pela **requerente** da falência, para os honorários do administrador judicial, valor no qual já estão inclusas as despesas para digitalização do feito, que deverá ser depositada no prazo de 48 horas, **sob pena de encerramento da falência, por ausência de pressuposto processual de existência e validade**. Nesse sentido recente julgado do STJ: *RECURSO ESPECIAL. FALÊNCIA. NOMEAÇÃO DE ADMINISTRADOR JUDICIAL. CAUÇÃO DA REMUNERAÇÃO. RESPONSABILIDADE. ART. 25 DA LEI nº 11.101/2005. EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. Inviável a apreciação do pedido de efeito suspensivo a recurso especial feito nas próprias razões do recurso. Precedentes. O art. 25 da Lei nº 11.101/2005 é expresse ao indicar o devedor ou a massa falida como responsável pelas despesas relativas à remuneração do administrador judicial. Na hipótese, o ônus de providenciar a caução da remuneração do administrador judicial recaiu sobre o credor, porque a empresa ré não foi encontrada, tendo ocorrido citação por edital, além de não se saber se os bens arrecadados serão suficientes a essa remuneração. É possível a aplicação do art. 19 do Código de Processo Civil ao caso em apreço, pois deve a parte litigante agir com responsabilidade, arcando com as despesas dos atos necessários, e por ela requeridos, para reaver seu crédito. Recurso especial não provido. (REsp 1526790/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 28/03/2016).* Com o recolhimento da caução, deverá o administrador judicial ser intimado, por ato ordinatório, para cumprir as seguintes determinações: 1.1) deverá o administrador judicial proceder à arrecadação dos bens e documentos (art. 110), bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (arts. 108 e 110), para realização do ativo (arts. 139 e 140), sendo que ficarão eles “sob sua guarda e responsabilidade” (art. 108, parágrafo único), podendo providenciar a lacração, para


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

fins do art. 109, informando, ainda, ao juízo, quanto à viabilidade da continuidade das atividades da empresa (art. 99, XI); 1.2) deverá o administrador Judicial proceder à venda de todos os bens da massa falida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da juntada do auto de arrecadação, sob pena de destituição, salvo por impossibilidade fundamentada, reconhecida por decisão judicial, nos termos do art. 22, III, j, da Lei 11.101/2005; 1.3) quando da apresentação do relatório previsto no art. 22, III, 'e' da Lei 11.101/05, deverá o administrador judicial **protocolá-lo digitalmente como incidente à falência**, bem como eventuais manifestações acerca do mesmo deverão ser protocolizadas junto ao referido incidente; 1.4) deverá o administrador judicial cumprir com as demais obrigações que lhe foram previstas no art. 2º da Lei 11.101/2005, com a redação dada pela Lei 14.112/2020; 1.5) deverá o administrador judicial providenciar a instauração de incidente para cumprimento do art. 7-A da Lei 11.101/2005, para fins de inclusão dos débitos fiscais no QGC; 1.6) deverá o administrador judicial, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do termo de nomeação, apresentar, para apreciação do juiz, plano detalhado de realização dos ativos, inclusive com a estimativa de tempo não superior a 180 (cento e oitenta) dias a partir da juntada de cada auto de arrecadação, na forma do inciso III do **caput** do art. 22 desta Lei. 2) Deve o administrador judicial informar se a relação nominal dos credores, com endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, se encontram nos autos, de modo a ser expedido o edital com a relação de credores, bem como outras providências imprescindíveis ao andamento da falência; 2.1) Deve o sócio administrador ou diretores e gestores responsáveis da falida cumprir o disposto no artigo 104 da LRF, comparecendo em cartório no prazo de 10 dias para assinar termo de comparecimento e prestar esclarecimentos, que deverão ser apresentados na ocasião por escrito. Posteriormente, havendo necessidade, será designada audiência para esclarecimentos pessoais dos falidos, intimando-se, também, para tanto, o Administrador Judicial e o Ministério Público; 2.2) Ficam advertidos os sócios e administradores, ainda, que para salvaguardar os interesses das partes envolvidas e verificado indício de crime previsto na Lei n. 11.101/2005, poderão ter a prisão preventiva decretada (art. 99, VII); 3) Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do edital, para os credores apresentarem ao administrador judicial “suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados” (art. 99, IV, e art. 7º § 1º), **que deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente ao administrador judicial, por meio de e-mail a ser por ele informado e criado especificamente para este fim e informado no referido edital a ser publicado. Nesse sentido, deverá o administrador judicial informar, no prazo de 5 (cinco) dias, um e-mail criado para esse fim, que deverá constar no edital do art. 99, § 1º, da Lei 11.101/2005, a ser expedido;** 4) Quando da publicação do edital a que se refere o art. 2º da Lei 11.101/05, eventuais impugnações ao referido edital e/ou habilitações retardatárias deverão ser protocoladas digitalmente como incidente à falência, ao passo que não deverão ser juntadas nos autos principais, sendo que as petições subsequentes e referentes ao mesmo incidente deverão ser, sempre, direcionadas àquele já instaurado. Neste ponto, deverão os credores e seus patronos observar que as habilitações e divergências de crédito deverão ser interpostas pelo peticionamento eletrônico inicial, por dependência ao processo principal, nos termos do Comunicado CG nº 219/2018, disponibilizado no DJe de 05.05.2018, respeitando-se o rito previsto nos arts. 7º a 20 da Lei 11.101/2005. Pedidos de habilitação e divergências protocolizados nos autos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

principais serão desconsiderados, independentemente de menção específica a cada um deles que constarem dos autos, em razão da absoluta inadequação da via eleita, nos termos da Lei 11.101/2005, por não ser possível discussão sobre natureza e valor de crédito nos autos principais da recuperação judicial ou do processo falimentar; 5) Expeça-se edital, nos termos do art. 99, § 1º, da Lei 11.101/2005, devendo o administrador judicial providenciar minuta em formato word; 6) Fixo o termo legal (art. 99, II), nos 90 (noventa) dias anteriores ao primeiro protesto; 7) Determino, nos termos do art. 99, V, a suspensão de todas as ações ou execuções **contra a falida** (empresa), ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei, ficando suspensa, também, a prescrição; 8) Proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida (empresa), sem autorização judicial, ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor “se autorizada a continuação provisória das atividades” (art. 99, VI); 9) Cumprido o item 1 (recolhimento de caução), além de comunicações on-line para o Banco Central a ser providenciado pela serventia, servirá cópia desta sentença, assinada digitalmente, de OFÍCIO aos órgãos elencados abaixo, bem como de CARTA DE CIENTIFICAÇÃO às Fazendas, devendo tais órgãos encaminhar as respectivas respostas, se o caso, para o endereço do administrador judicial nomeado. O administrador judicial deverá encaminhar cópia desta decisão aos órgãos competentes, devendo comprovar o protocolo nestes autos digitais, em 10 dias. BANCO CENTRAL DO BRASIL: Avenida Paulista, nº 1.804, Bairro Bela Vista, CEP 01310-200, São Paulo, SP. Deverá repassar determinação deste Juízo para todas as instituições financeiras, a fim de que sejam bloqueadas e encerradas as contas correntes e demais aplicações financeiras da falida, nos termos do art. 121 da Lei 11.101/2005. As instituições financeiras somente devem responder ao presente ofício em caso de respostas positivas. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: Rua Barra Funda, 930 3º andar Barra Funda - CEP: 01152-000 São Paulo/SP: Encaminhar a relação de livros da falida levada a registro nesse órgão, e informes completos sobre as alterações contratuais havidas em nome da mesma. Deverá, ainda, contar a expressão “falido” nos registros desse órgão e a inabilitação para atividade empresarial; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS Rua Mergenthaler, 500, Vila Leopoldina Gerência GECAR, CEP: 05311-030 São Paulo/SP: Encaminhar as correspondências em nome da falida para o endereço do administrador judicial nomeado; CENTRO DE INFORMAÇÕES FISCAIS -DI Diretoria de informações - Av. Rangel Pestana, 300, CEP: 01017-000 São Paulo/SP: Deverá encaminhar a DECA referente à falida, para o endereço do administrador judicial nomeado; SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS DA FAZENDA PÚBLICA -Ofício das Execuções Fiscais Estaduais - Rua Vergueiro, 857, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: informar sobre a existência de bens e direitos em nome da falida; BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO – Rua XV de Novembro nº 275, 7º andar, CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Informar a existência nos seus arquivos, sobre bens e direitos em nome da falida; Banco Bradesco S/A. - Cidade de Deus, s/nº Vila Iara - CEP: 06023-010 Osasco/SP: Informar acerca da posição de ações do sistema TELEBRÁS (Telesp e cindidas) em nome da falida e, se houver dividendos, sejam estes depositados em nome da massa falida, no Banco do Brasil S/A., Agência 5905-6 S. Público São Paulo, à ordem deste Juízo; DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIÁRIAS - Rua Pedro Américo, 32, CEP: 01045-000 São Paulo/SP: Informar sobre e a existência de bens e direitos em nome da falida; DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS PARA PROTESTO- Rua XV de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Novembro, 175 Centro - CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Remeter as certidões de protestos lavrados em nome da falida, para o endereço do administrador judicial nomeado, independente do pagamento de eventuais custas; 11) Cumpridas as determinações, após o recolhimento da caução, intimem-se eletronicamente o Ministério Público e as fazendas federal, estadual e municipal.3) Não havendo o recolhimento da caução, tornem conclusos para extinção do feito. P.R.I. São Paulo, 10 de junho de 2022. O prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados pela devedora é de 15 (quinze) dias a contar da publicação no D.J.E. do referido edital (LRF, art. 99, § 1º), as quais deverão ser dirigidas a administradora judicial **WFSP Administração Judicial Ltda.** (na pessoa dos sócios Dr. Fabio Souza Pinto, OAB/SP 166.986 e Dr. Sadi Montenegro Duarte Neto, OAB/SP 31.156), na forma do art. 22, I, “I”, preferencialmente por meio do endereço eletrônico **falenciaviglia@gmail.com**, podendo, igualmente, ser protocolizadas diretamente em sua sucursal/SP situada na Avenida Paulista, 1765, Conj. 72, CV: 9860, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01311-930, fone (11) 2450-7057, de segunda a sexta-feira em horário comercial. Os credores poderão se utilizar dos modelos de habilitações e divergências disponíveis no sítio da internet da Administradora Judicial: **https://www.wfsp.com.br/areadocredor**. Conste-se no edital que **não foi apresentada a relação de credores pelo falido. Advirta-se** que eventuais habilitações ou divergências que não observarem a disposição supra, ou que sejam endereçadas ou protocoladas em juízo serão de plano devolvidas aos seus subscritores, não tendo seguimento. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 30 de novembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**